Projeto de Voto n.º 74/XVII/1.ª

De Condenação pelo reconhecimento oficial do regime Talibã pelo Governo da Federação Russa

No dia 4 de julho de 2025, a Federação Russa tornou-se o primeiro Estado do mundo a reconhecer oficialmente o regime dos Talibã como governo legítimo do Afeganistão. A decisão foi anunciada após uma reunião entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Talibã, Amir Khan Muttaqi, e o Embaixador russo em Cabul, Dmitry Zhirnov, sendo descrita pelos Talibã como "uma decisão corajosa" e "um novo capítulo" nas relações bilaterais.

O gesto de Moscovo rompe com o consenso internacional que, desde 2021, se tem recusado a reconhecer o chamado Emirado Islâmico devido à repressão sistemática de direitos humanos no país, nomeadamente contra mulheres, raparigas e opositores políticos. A normalização diplomática com um regime que chegou ao poder pela força, na sequência da retirada das forças internacionais em 2021, e que desde então tem proibido a educação feminina a partir dos 12 anos, impedido as mulheres de trabalhar em múltiplos sectores, restringido a sua liberdade de movimentos, de expressão e de representação, e mantido uma política de punições públicas e intimidação generalizada, constitui um gravíssimo precedente.

Ao legitimar um regime obscurantista que implementa práticas sistemáticas de exclusão e repressão com base no género, contrárias ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, a Rússia ignora deliberadamente os apelos da sociedade civil afegã e das organizações internacionais, contribuindo para a consolidação de um governo que nega, de forma sistemática, as liberdades mais fundamentais à sua própria população.

A decisão do Kremlin insere-se num padrão de alianças e comportamentos profundamente lesivos da ordem internacional e dos direitos humanos. A Federação Russa mantém uma política externa abertamente revisionista e autoritária, tendo iniciado uma guerra de agressão contra a Ucrânia em 2022, com milhares de civis mortos, crimes de guerra documentados, e a ocupação ilegal de territórios soberanos reconhecidos internacionalmente. Paralelamente, Moscovo

continua a interferir na Moldávia e na Geórgia, promove pressões híbridas sobre os países bálticos, e exerce influência coerciva sobre Estados como a Arménia, o Azerbaijão e o Cazaquistão. Mantém ainda uma aliança estratégica com a China, o Irão e a Coreia do Norte, regimes conhecidos pela repressão interna e ambições autoritárias, e apoia ativamente ditaduras africanas através do Grupo Wagner, envolvido em operações militares, tráfico de recursos naturais e violações sistemáticas dos direitos humanos. O reconhecimento dos Talibã é apenas o mais recente capítulo de uma estratégia global de apoio a regimes iliberais, com consequências graves para a estabilidade internacional.

A Iniciativa Liberal reafirma que o reconhecimento de um governo ou o estabelecimento de relações diplomáticas não deve ser determinado por meras conveniências geoestratégicas ou interesses comerciais, mas sim pelo respeito pelos princípios fundamentais do Estado de Direito, da dignidade humana e da liberdade. O gesto da Rússia não é neutro nem isolado: representa mais um passo na aproximação de regimes autoritários que procuram minar os padrões mínimos da ordem internacional liberal através da solidificação de um eixo das tiranias.

É também importante recordar que o regime Talibã assumiu o poder pela força e não pela via democrática, após a retirada das forças internacionais em 2021, e que desde então tem sistematicamente violado compromissos internacionais assumidos em matéria de direitos humanos, luta contra o terrorismo e proteção de minorias.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária:

1. **Condena veementemente o reconhecimento oficial do regime Talibã pelo Governo da Federação Russa;**
2. **Reitera o seu apoio às mulheres afegãs, aos defensores dos direitos humanos e a todos os que, dentro do Afeganistão, continuam a resistir pacificamente à opressão;**
3. **Apela à União Europeia, às Nações Unidas, à CPLP e à comunidade internacional para que se mantenham firmes na recusa do reconhecimento diplomático do regime Talibã;**

4. **Insta o Governo português a manter a sua posição de não reconhecimento, a reforçar o apoio às organizações da sociedade civil afegã, e a manifestar junto da Federação Russa a sua discordância com esta decisão.**

Palácio de São Bento, 14 de julho de 2025

Os Deputados da Iniciativa Liberal,

Rodrigo Saraiva

Angélique Da Teresa

Carlos Guimarães Pinto

Joana Cordeiro

Jorge Miguel Teixeira

Mariana Leitão

Mário Amorim Lopes

Miguel Rangel

Rui Rocha